



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

012. PROVA OBJETIVA

TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO (CÓD. 013)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a charge para responder às questões de números 01 a 03.



(Bob Thaves. Frank & Ernest. *O Estado de S.Paulo*, 02.07.2019.
<https://cultura.estadao.com.br>. Adaptado)

01. A charge sugere que quanto mais

- (A) buscamos a felicidade, mais ela se afasta de nós.
- (B) vivemos, mais entediantes são nossas aventuras.
- (C) dedicados a nossas metas, mais rápido as alcançamos.
- (D) velhos ficamos, mais rápido o tempo parece passar.
- (E) perseguimos o sucesso, mais nos frustramos.

02. No trecho – ... **quanto mais** avançamos, mais rápido parece. –, a expressão destacada estabelece relação de proporcionalidade e pode ser substituída por

- (A) ainda que
- (B) visto que
- (C) à medida que
- (D) pois que
- (E) apesar de que

03. No que se refere à pontuação, a frase escrita em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa é:

- (A) Você poderia dirigir mais devagar, meu amigo?
- (B) Da próxima vez você poderia, não correr tanto.
- (C) Por que você, está dirigindo com tanta pressa?
- (D) Não estou pisando, no acelerador como você pensa.
- (E) Gostaria que você reduzisse, um pouco a marcha.

Leia o texto para responder às questões de números 04 a 12.

Durante quase dois milhões de anos, os seres humanos evoluíram em sincronia com o meio ambiente. Mas há 250 anos chegou a Revolução Industrial e mudou tudo. Embora a inovação e a tecnologia trazidas pelo fenômeno tenham gerado muitos benefícios para a humanidade, nossos corpos tiveram de pagar um alto custo físico nesse processo. Os trabalhos que fazíamos, que antes envolviam tarefas manuais, realizadas ao ar livre, passaram a ser feitos a portas fechadas e a exigir que passássemos a maior parte do dia sentados e parados, fosse em uma fábrica, em um escritório ou dirigindo um veículo, por exemplo. Isso teve um impacto enorme sobre nossos corpos, e um dos primeiros afetados foram nossos pés.

Hoje, nossos pés são mais fracos, maiores e mais planos do que os de nossos antepassados. E isso é uma má notícia para a saúde do corpo inteiro. A perda de eficiência dos nossos pés se reflete em um fato surpreendente: quase 80% das pessoas que praticam corridas sofrem algum tipo de lesão todos os anos. Hannah Rice, da Universidade de Exeter, deu como exemplo o corredor “clássico”, que pratica o esporte três ou quatro vezes por semana e passa o restante do tempo sentado no escritório ou no sofá da casa, para explicar que o que realmente nos machuca não é correr, mas o que fazemos quando não estamos correndo.

Foi a partir dos anos 70, quando correr virou moda, que a dimensão real do estado de nossos pés começou a se revelar. A loucura por corridas acrescentou um novo problema: a moda de usar tênis no dia a dia. Talvez você ache que isso deveria ser uma boa notícia, já que muitos desses calçados são anunciados pelos supostos benefícios que oferecem aos pés. No entanto, desde que começamos nosso caso de amor com os tênis, a incidência de pés chatos tem aumentado em muitas partes do mundo, especialmente no Ocidente.

Uma das coisas mais simples (e baratas) que podemos fazer para melhorar a saúde dos nossos pés é caminhar. **Idealmente**, descalços. Vybarr Cregan-Reid, da Universidade de Kent, acredita que devemos “redescobrir nossos pés para aprender a usá-los novamente”. Pequenos hábitos como tirar os sapatos dentro de casa e tentar se mover mais podem ajudar.

(Como o sedentarismo mudou nossos pés, 21.05.2019.
www.bbc.com. Adaptado)

04. O texto aborda o seguinte assunto:

- (A) a relação da saúde dos pés com o combate a diversas doenças.
- (B) a otimização do tempo de corredores a partir do cuidado com os pés.
- (C) o impacto da Revolução Industrial sobre a evolução dos nossos pés.
- (D) os riscos do uso de tênis para pessoas que nascem com pés chatos.
- (E) as consequências da incidência de pés chatos especialmente no Ocidente.

05. No texto, expõem-se os seguintes causadores de problemas para nossos pés:
- (A) os ambientes fechados e as corridas.
 - (B) as tarefas ao ar livre e os veículos.
 - (C) a tecnologia e o atletismo.
 - (D) o sedentarismo e os tênis.
 - (E) os pés chatos e as lesões em corridas.
06. Assinale a alternativa em que a primeira expressão é retomada pela segunda na sequência do 1º parágrafo.
- (A) Revolução Industrial ... fenômeno
 - (B) seres humanos ... meio ambiente
 - (C) fábrica ... escritório
 - (D) corpos ... pés
 - (E) benefícios ... alto custo
07. A palavra **Idealmente**, em destaque no último parágrafo, pode ser substituída, sem prejuízo do sentido, por
- (A) Remotamente.
 - (B) Ficcionalmente.
 - (C) Preferencialmente.
 - (D) Simbolicamente.
 - (E) Conscientemente.
08. Caso se substitua o vocábulo **Embora** por **Apesar de**, na frase – Embora a inovação e a tecnologia trazidas pelo fenômeno tenham gerado muitos benefícios para a humanidade, nossos corpos tiveram de pagar um alto custo físico nesse processo. (1º parágrafo) –, a forma verbal **tenham** deverá ser substituída por
- (A) tivessem
 - (B) tiveram
 - (C) teriam
 - (D) tinham
 - (E) terem
09. A concordância está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa na frase:
- (A) Com a Revolução Industrial, ocorreu muitas mudanças na rotina das pessoas.
 - (B) É recomendável tirar os sapatos dentro de casa e mover-se com mais regularidade.
 - (C) Tarefas antes feitas ao ar livre passaram a ser realizados em ambientes fechados.
 - (D) São possíveis perceber a perda de eficiência de nossos pés pelo número de lesões.
 - (E) Para mudar o ritmo da evolução humana, apenas 250 anos foram suficiente.
10. A frase em que a regência está em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa é:
- (A) Nossos antepassados tinham pés aos quais eram mais saudáveis que os nossos.
 - (B) Foi nos anos 70 que as pessoas passaram a interessar mais para a corrida.
 - (C) Andar descalço pode contribuir para a melhora da saúde dos nossos pés.
 - (D) Ficar mais sentados certamente influiu ao enfraquecimento dos nossos pés.
 - (E) Surpreende o fato sob que quase 80% dos corredores lesionam anualmente.
11. No que se refere ao emprego do sinal indicativo de crase, a expressão que completa corretamente a frase – O bem-estar de todo o corpo relaciona-se à ... – é:
- (A) forma como se cuida dos pés.
 - (B) uma boa saúde dos pés.
 - (C) pés bem cuidados e saudáveis.
 - (D) atitudes de cuidado com os pés.
 - (E) hábitos que preservem os pés.
12. Considere a frase a seguir.
- É importante cuidar melhor de nossos pés. É necessário **dar a nossos pés** mais atenção e **deixar nossos pés** mais ativos.
- Para eliminar as repetições da frase, as expressões destacadas devem ser respectivamente substituídas, conforme a norma-padrão da língua portuguesa, por
- (A) dar-lhes ... deixar-lhes
 - (B) dá-los ... deixar-lhes
 - (C) os dar ... os deixar
 - (D) dar-lhes ... deixá-los
 - (E) dá-los ... deixá-los

13. Três máquinas X, Y e Z produziram 2 640 peças de certo jogo, cada peça produzida sempre em um mesmo tempo. A máquina X produziu 820 peças, tendo funcionado por 1 hora e 30 minutos a menos do que a máquina Y. A máquina Z funcionou por 6 horas e 50 minutos e produziu um total de peças igual a
- (A) 840.
 - (B) 860.
 - (C) 800.
 - (D) 880.
 - (E) 820.
14. Para uma atividade de treinamento, os funcionários de uma empresa foram divididos em grupos de 5 homens e 3 mulheres, ou grupos de 6 homens e 7 mulheres. Todos os 334 funcionários participaram da atividade, cada funcionário em apenas 1 grupo. Se o número de grupos com 8 pessoas excedeu o número de grupos com 13 pessoas em 5, então a diferença entre o número de homens e mulheres nessa empresa é
- (A) 6.
 - (B) 12.
 - (C) 30.
 - (D) 24.
 - (E) 42.
15. Júlia possui certo número de chaveiros, e seu amigo Lucas possui 18 chaveiros a menos do que o dobro do número de chaveiros que ela tem. Se, juntos, esses amigos possuem 465 chaveiros, o número de chaveiros de Júlia está compreendido entre
- (A) 140 e 149.
 - (B) 150 e 159.
 - (C) 160 e 169.
 - (D) 130 e 139.
 - (E) 170 e 179.
16. Três amigos dividiram 920 figurinhas em partes inversamente proporcionais às suas idades. Um amigo recebeu 360 figurinhas e outro 240. Se o mais velho desses amigos tem 12 anos, a soma das idades desses três amigos, em anos, é
- (A) 29.
 - (B) 31.
 - (C) 27.
 - (D) 25.
 - (E) 23.

17. O perímetro de um retângulo é o quádruplo do perímetro de um quadrado. O lado menor do retângulo mede o triplo do lado do quadrado e o lado maior do retângulo é 8 cm maior que seu lado menor. A área desse retângulo, em cm^2 , é
- (A) 180.
 (B) 240.
 (C) 200.
 (D) 220.
 (E) 160.

18. Um triângulo retângulo e um trapézio retângulo têm um lado em comum, conforme a figura.

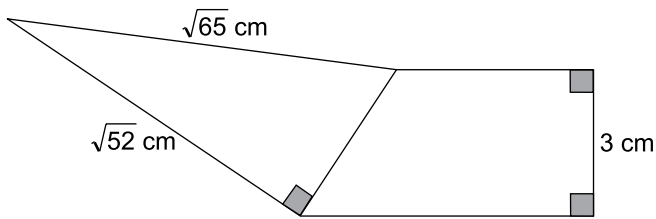


Figura fora de escala

A área do trapézio é 21 cm^2 e a medida da sua base menor, em cm, é

- (A) 5.
 (B) 7.
 (C) 4.
 (D) 8.
 (E) 6.
19. Hugo, José e Luiz são trigêmeos e, quando os três saem juntos, obedecem as seguintes regras:
- Ou José ou Luiz deve usar camisa amarela, mas nunca ambos;
 - Hugo usa camisa amarela se e somente se José usa;
 - Se Luiz usar camisa amarela, então Hugo também usa.
- De acordo com essas regras, quando os três irmãos saem juntos,
- (A) José nunca usa camisa amarela, Hugo e Luiz sempre usam.
 (B) Luiz sempre usa camisa amarela, Hugo e José nunca usam.
 (C) Luiz nunca usa camisa amarela, Hugo e José sempre usam.
 (D) Hugo sempre usa camisa amarela, José e Luiz nunca usam.
 (E) José sempre usa camisa amarela, Hugo e Luiz nunca usam.

20. Considere a sequência 10, 14, 18, 11, 15, 19, 12, 16, 20, 13, 17..., em que 10 é o primeiro termo, 14 o segundo termo e assim por diante, de acordo com o padrão. O número de termos dessa sequência que possuem exatamente 2 algarismos é
- (A) 250.
 (B) 258.
 (C) 254.
 (D) 246.
 (E) 262.

R A S C U N H O

LEGISLAÇÃO

21. O Decreto nº 15.514/2006 determina que a avaliação probatória será realizada por meio de instrumento de avaliação elaborado pela

- (A) Secretaria Municipal de Recursos Humanos.
- (B) Comissão de Ética do Município.
- (C) Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.
- (D) Comissão Permanente de Avaliação.
- (E) Comissão Municipal de Recursos Humanos e Gestão.

22. De acordo com o Decreto nº 15.514/2006, identificar a demanda de capacitação e aperfeiçoamento à luz das metas e objetivos contidos no planejamento institucional é um dos

- (A) fundamentos do Departamento de Processos Disciplinares.
- (B) atributos dos responsáveis pela avaliação probatória.
- (C) objetivos da Comissão Permanente de Avaliação.
- (D) fundamentos específicos do instrumento de avaliação.
- (E) objetivos do programa de avaliação probatória.

23. Ana, chefe de sessão do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Campinas, por não simpatizar com José, que é seu subordinado, constantemente determina que ele cumpra atribuições estranhas e incompatíveis com o seu cargo.

De acordo com o Manual de Ética da Prefeitura Municipal de Campinas, em relação a José, Ana

- (A) está cometendo assédio moral classificado como vertical.
- (B) não está cometendo nenhuma conduta irregular que possa ser classificada como assédio moral ascendente.
- (C) não está cometendo nenhuma conduta irregular que possa ser classificada como assédio moral lateral.
- (D) está cometendo assédio moral classificado como ascendente.
- (E) está cometendo assédio moral classificado como horizontal.

24. A Constituição Federal, no que diz respeito aos direitos sociais, determina que, aos trabalhadores urbanos e aos rurais, assegura-se

- (A) a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 160 (cento e sessenta) dias.
- (B) a proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
- (C) o repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos domingos.
- (D) a proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos trabalhadores de até 21 (vinte e um) anos de idade.
- (E) a jornada de 08 (oito) horas, como regra geral, para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

25. Em relação à proteção constitucional da família, da criança, do adolescente e do idoso, assinale a alternativa correta.

- (A) A idade mínima para a admissão ao trabalho é de 12 (doze) anos completos para a condição de aprendiz e de 14 (catorze) anos completos para o trabalho normal, exceto o trabalho noturno.
- (B) Aos maiores de 60 (sessenta) anos de idade, é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.
- (C) Entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.
- (D) Como medida preventiva ao tráfico ilícito de menores, é vedada a adoção de criança brasileira por estrangeiros residentes no exterior.
- (E) Para fins de proteção do Estado, não é reconhecida como comunidade familiar a relação de mãe solteira que adota um filho.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. No arcabouço normativo da Segurança e Saúde no Trabalho vigente no Brasil, merece destaque o conjunto das Normas Regulamentadoras, sendo verdadeiro que

- (A) 28 (vinte e oito) normas regulamentadoras foram publicadas por meio da Portaria nº 3.214, em 8 de junho de 1978, que, em seu artigo 2º previa a possibilidade de alterações posteriores, decorrentes da experiência e da necessidade, serem baixadas pela Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho.
- (B) sob a égide da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, as normas regulamentadoras publicadas após a instituição da Comissão Intermunicipal de Saúde do Trabalhador têm a chancela das áreas do Trabalho, Saúde e Previdência Social.
- (C) a revisão promovida na Norma Regulamentadora 5, em 1999, tornou a regulamentação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes muito genérica, fazendo com que, na prática, as empresas continuassem a aplicar o texto anterior, particularmente quanto às atribuições da CIPA.
- (D) a responsabilidade pela sua revisão ou atualização constitui prerrogativa intransferível do órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, razão da manifestação do Supremo Tribunal Federal pela inconstitucionalidade da Comissão Tripartite Paritária Permanente – CTPP.
- (E) em seu processo de aprimoramento, o órgão em âmbito nacional de segurança e saúde no trabalho responsável vem agregando anexos aos textos originais, como ocorreu com a NR 32 – Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde, que recebeu em 5 de outubro de 2018 o Anexo 3 – Regulamento técnico de instalação e uso do gás óxido de etileno e suas misturas em unidades de esterilização.

27. A legislação vigente sobre os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT estabelece que

- (A) as empresas que possuam diversos estabelecimentos, canteiros de obras ou frentes de trabalho que individualmente não sejam obrigados a manter o SESMT, cuja soma de empregados seja maior que 1 000 (um mil) serão atendidas por Serviço Especializado centralizado.
- (B) o dimensionamento dos SESMT vincula-se à gradação do risco da atividade com maior número de trabalhadores e ao número total de trabalhadores lotados no estabelecimento, incluídos os empregados de empresas contratadas que ali atuem.
- (C) as empresas que possuam, além de sede administrativa, outras unidades descentralizadas, deverão dimensionar os Serviços Especializados de forma que engenheiros e tecnólogos de segurança do trabalho, médicos e enfermeiros do trabalho atuem de forma centralizada enquanto os demais profissionais sejam distribuídos pelas frentes de serviço ou canteiros de obras.
- (D) as empresas que possuam mais de 50% (cinquenta por cento) de seus empregados em estabelecimentos cuja gradação de risco seja superior ao da atividade principal, deverão dimensionar o SESMT em função do maior grau de risco.
- (E) as empresas privadas e públicas da administração direta e indireta dos poderes legislativo e judiciário que possuam colaboradores em regime de trabalho temporário, contínuo ou intermitente deverão manter Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho.

- 28.** Em conformidade com a Norma Regulamentadora 4, inscreve-se, entre as atribuições dos profissionais integrantes dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho,
- (A) paralisar o trabalho, interditando máquina, equipamento ou setor de serviço ou embargando obra sempre que entender, por motivos razoáveis, que as circunstâncias implicam risco grave e iminente à saúde e segurança dos trabalhadores.
 - (B) determinar, quando esgotados todos os meios conhecidos para a eliminação do risco e este persistir, mesmo reduzido, o monitoramento biológico dos trabalhadores expostos para avaliação dos efeitos sobre a sua saúde.
 - (C) responsabilizar-se pela integração das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, ou designados, conforme o caso, com a CIPA do estabelecimento, de maneira a coordenar as ações das representações dos trabalhadores no sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho do estabelecimento.
 - (D) responsabilizar-se tecnicamente, no estabelecimento, pelo atendimento de cláusulas de segurança e saúde no trabalho presentes em Acordos, Convenções Coletivas e Tratados afins referendados pela empresa ou que a ela impactam.
 - (E) registrar mensalmente os dados atualizados de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e agentes de insalubridade, preenchendo, no mínimo, os quesitos descritos nos modelos constantes nos Quadros III, IV, V e VI da NR, devendo o empregador manter a documentação à disposição da inspeção do trabalho.
- 29.** O treinamento da CIPA, de acordo com a Norma Regulamentadora 5, deverá contemplar, entre outros itens,
- (A) princípios gerais de Higiene do Trabalho e de medidas de controle dos riscos, noções sobre a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS e medidas de prevenção e organização da CIPA e outros assuntos necessários ao exercício das atribuições da Comissão.
 - (B) metodologia de investigação e análise de acidentes de trabalho; noções de prevenção e combate a incêndios e noções sobre as legislações trabalhista e previdenciária relativas à segurança e saúde no trabalho.
 - (C) noções sobre a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS e medidas de prevenção; primeiros socorros e noções sobre acidentes e doenças do trabalho decorrentes de exposição aos riscos existentes na empresa.
 - (D) noções sobre acidentes e doenças do trabalho decorrentes de exposição aos riscos existentes na empresa; direção defensiva e estudo do ambiente, das condições de trabalho, bem como dos riscos originados do processo produtivo.
 - (E) estudo do ambiente, das condições de trabalho, bem como dos riscos originados do processo produtivo; direção defensiva; noções de toxicologia industrial; noções sobre as legislações trabalhista e previdenciária relativas à segurança e saúde no trabalho.
- 30.** Em conformidade com a legislação vigente, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes tem, entre suas atribuições, a(s) seguinte(s):
- (A) participar da implementação e do controle da qualidade das medidas de prevenção necessárias, bem como da avaliação das prioridades de ação nos locais de trabalho.
 - (B) investigar, pesquisar e discutir com o SESMT, onde houver, os possíveis impactos de alterações, promovidas pelo empregador nos ambientes e processos de trabalho, na segurança e saúde dos trabalhadores.
 - (C) divulgar e fiscalizar o cumprimento das normas regulamentadoras, bem como das cláusulas de acordos e convenções coletivas de trabalho relativas à segurança e saúde no trabalho.
 - (D) elaborar, ouvida a maioria dos trabalhadores que desenvolvem suas atividades no estabelecimento e o SESMT, onde houver, um plano de trabalho que possibilite a ação corretiva na solução de problemas de segurança e saúde no trabalho.
 - (E) requisitar ao SESMT, onde houver, ou ao empregador, as informações sobre as condições de trabalho que tenham interferido na saúde dos trabalhadores ou provocado acidentes, para subsidiar a elaboração de indicadores e estatísticas em segurança e saúde no trabalho.

31. A Lei nº 15.555, de 9 de janeiro de 2018, da Prefeitura Municipal de Campinas/SP, instituiu a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA no âmbito da Administração Pública Municipal direta e definiu, entre outros aspectos, que
- (A) no dimensionamento dos representantes das Secretarias de Saúde e de Educação, em conformidade com o artigo 4º, parágrafo único da Lei, cada Distrito de Atenção à Saúde e Núcleo de Ação Educativa contará com quatro representantes eleitos e quatro representantes indicados, tendo autonomia para conduzir o processo eleitoral em sua unidade.
 - (B) os representantes da administração Pública Municipal, titulares e suplentes serão nomeados por ato do prefeito, obedecidos os seguintes requisitos: estar exercendo efetivamente suas atividades na secretaria municipal em que estiver lotado, ter cumprido o estágio probatório na data da inscrição e não exercer emprego ou função de natureza temporária.
 - (C) os representantes eleitos pelos servidores municipais, titulares e suplentes, serão indicados pelo responsável de cada pasta e nomeados por meio de ato administrativo do prefeito e, para tanto, devem estar exercendo efetivamente suas atividades na secretaria onde estiver lotado e não ter sido penalizado em quaisquer processos administrativos disciplinares por mau exercício de suas funções.
 - (D) é proibida a transferência ou remoção de servidor eleito ou indicado da CIPA para outra secretaria, Núcleo ou Distrito sem sua expressa concordância, ressalvados os casos de calamidade pública ou situação de claro interesse da coletividade, sendo o processo remetido para análise da Ouvidora-geral do Município.
 - (E) terão representantes eleitos e indicados, de forma paritária, as seguintes secretarias da administração municipal: da Administração; de Negócios Jurídicos; da Cidadania, Equidade e Inclusão Social; da Comunicação e Cultura; do Desenvolvimento Social e Econômico; da Educação; dos Direitos da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais e da Saúde, operando a Secretaria dos Direitos Difusos e Coletivos como agente de controle social.
32. De acordo com a Lei nº 15.555, de 9 de janeiro de 2018, promulgada pelo prefeito municipal de Campinas/SP,
- (A) para a primeira eleição da CIPA, será composta uma comissão eleitoral formada por representantes do gabinete do prefeito, da secretaria de saúde, da secretaria de administração, pelo coordenador setorial de saúde e segurança do trabalho e por representante do sindicato dos trabalhadores do serviço público municipal de Campinas.
 - (B) compete à secretaria de administração, após publicação do Edital de abertura do processo eleitoral no Diário Oficial do Município, coordenar o processo de indicação e eleição dos membros da CIPA a ser realizado em cada pasta ou unidade de serviço da municipalidade, zelando para que o prazo de 15 (quinze) dias para as inscrições seja respeitado e todo o processo esteja concluído, pelo menos, 15 (quinze) dias antes do término do mandato em curso.
 - (C) a CIPA terá, entre outras atribuições, a de identificar os riscos do processo de trabalho e elaborar o mapa de riscos em cada unidade de trabalho, com a participação da maioria dos servidores nelas lotados, validação consensual de cada mapa e encaminhamento ao Setor de Segurança do Trabalho do Departamento de Promoção à Saúde do Servidor da Secretaria Municipal de Recursos Humanos para homologação.
 - (D) no processo eleitoral dos representantes dos empregados na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, é ilimitado o número de inscrições de candidatos para a representação dos servidores e a apuração dos votos será acompanhada por representante da administração, dos servidores e do sindicato dos trabalhadores do serviço público municipal de Campinas, em número a ser definido pela comissão eleitoral.
 - (E) caberá à CIPA realizar periodicamente verificações nos ambientes e condições de trabalho, identificando situações que venham a trazer riscos para a segurança e saúde dos servidores que, quando forem de caráter grave e iminente, devem ensejar a paralisação dos serviços, sendo tal providência comunicada com a brevidade possível à Coordenadoria Setorial de Segurança e Saúde no Trabalho.

33. A regulamentação específica do Equipamento de Proteção Individual-EPI faz com que

- (A) seja atribuição do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia-INMETRO, mediante orientação técnica da Fundacentro, definir aspectos construtivos de cada equipamento, assim como os ensaios a serem aplicados para certificação de sua conformidade.
- (B) o fabricante nacional ou o importador deva comercializar o EPI com instruções técnicas no idioma nacional (orientando sua utilização, manutenção, restrição e demais referência ao seu uso) e promover a adaptação do EPI detentor de Certificado de Aprovação-CA para pessoas com deficiência.
- (C) caiba ao empregador adquirir o EPI adequado ao risco de cada atividade, fornecer ao trabalhador somente o EPI aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho e responsabilizar-se pela sua guarda e conservação.
- (D) a adaptação do equipamento de proteção individual para uso pela pessoa com deficiência, pelo fabricante ou importador detentor do Certificado de Aprovação, não implique autorização automática para sua comercialização, sendo necessária a emissão de Termo de Responsabilidade pelo fabricante ou importador.
- (E) o órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho seja responsável pelo cadastro nacional de fabricantes e importadores de EPI; pela renovação do Certificado de Aprovação – CA, pela fiscalização da qualidade do EPI e credenciamento dos laboratórios de ensaios de EPI que, uma vez acreditados, terão os laudos emitidos aceitos para fins de obtenção do certificado de Aprovação – CA.

34. De acordo com a Norma Regulamentadora 6 – Equipamento de Proteção Individual,

- (A) o respirador purificador de ar motorizado com vedação facial tipo touca de proteção respiratória, capuz ou capacete é recomendado para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas, fumos e gases ou vapores irritantes para as mucosas e trato respiratório superior.
- (B) a máscara de solda deverá possuir características tais que protejam os olhos e a face do soldador contra impactos de partículas volantes, luminosidade intensa, radiação ultravioleta, radiação infravermelha e radiações ionizantes de pequeno comprimento de onda.
- (C) na proteção respiratória, a peça um quarto facial, semifacial ou facial inteira com filtros mecânicos, químicos ou mistos, com tratamento superficial é prescrita para atmosferas com presença de partículas ácidas.
- (D) o respirador purificador de ar não motorizado com peça semifacial filtrante (PFF1) é recomendado para a proteção das vias respiratórias contra poeiras na fração respirável, névoas, vapores orgânicos e inorgânicos, fumos e radionuclídeos.
- (E) o respirador de adução de ar do tipo linha de ar comprimido, sem vedação facial, de fluxo contínuo do tipo capuz ou capacete, é adequado para proteção das vias respiratórias em operações de jateamento e em atmosferas com concentração de oxigênio maior que 12,5% (doze e meio por cento).

35. De acordo com a Norma Regulamentadora 9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais,

- (A) o reconhecimento dos riscos ambientais deverá conter, entre outros, quando aplicáveis, itens como a obtenção de dados existentes na empresa, indicativos de possível comprometimento da saúde decorrentes do trabalho e a determinação e localização das possíveis fontes geradoras.
- (B) as ações do PPRA devem ser desenvolvidas no âmbito de cada estabelecimento da empresa, sob a coordenação do SESMT, com a participação da CIPA, sendo sua abrangência e complexidade dependentes das características dos riscos e das possibilidades de controle.
- (C) quando houver alteração na matéria-prima, equipamentos e outros elementos do processo produtivo, os empregadores deverão informar os trabalhadores, de forma apropriada e suficiente, sobre eventuais riscos ambientais provocados pelas mudanças no ambiente de trabalho.
- (D) para o monitoramento da exposição dos trabalhadores e das medidas de proteção coletiva, deve ser realizada uma avaliação exaustiva da exposição a determinado risco, assim como dos indicadores biológicos associados, de forma a, se necessário, alterar o sistema de proteção adotado.
- (E) para que a etapa de antecipação e reconhecimento dos riscos ambientais seja efetivada de maneira satisfatória, ela deve ser precedida de levantamento bibliográfico e identificação de casos exemplares com instalações produtivas semelhantes.

- 36.** A implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados deverá considerar, entre outros aspectos, que
- (A) em face da opção pelo fornecimento de equipamentos de proteção individual aos trabalhadores expostos, o empregador deverá apresentar justificativa quanto à impossibilidade da adoção de medidas administrativas e organizacionais que poderiam implicar redução da exposição ocupacional dos trabalhadores.
 - (B) devem ser contempladas, entre outras, as seguintes etapas: planejamento anual com estabelecimento de metas, prioridades e metodologia de ação; inventário dos agentes químicos, físicos e biológicos existentes no ambiente, seus respectivos limites de exposição e níveis de ação e estratégia de controle.
 - (C) a avaliação qualitativa deverá ser realizada sempre que necessária para estabelecimento denexo causal entre os indicadores biológicos e os níveis de concentração ou intensidade dos agentes ambientais identificados e avaliados no ambiente de trabalho.
 - (D) sempre que vários empregadores realizem simultaneamente atividades em um mesmo local de trabalho, o responsável pelo estabelecimento ou a empresa contratante terá o dever de estender as ações de prevenção contra os riscos ambientais aos empregados das empresas contratadas.
 - (E) o empregador deverá garantir que, na ocorrência de riscos ambientais nos locais de trabalho que coloquem em situação de grave e iminente risco um trabalhador ou mais, este(s) possa(m) interromper de imediato as suas atividades, comunicando o fato ao superior hierárquico direto para as devidas providências.
- 37.** A Norma Regulamentadora 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade traz diversos dispositivos e definições afins, sendo exemplo o fato de que
- (A) o uso de chaves blindadas, como dispositivo de acionamento e parada de máquinas e equipamentos, deve ser precedido de avaliação do impacto da demanda de corrente exigida nas demais instalações ligadas ao mesmo circuito elétrico.
 - (B) seja obrigatória a instalação de dispositivos dissipadores de eletricidade estática em máquinas e equipamentos passíveis de acumular esse tipo de energia, de forma a evitar a ocorrência de correntes de fuga.
 - (C) os circuitos elétricos com finalidades diferentes, tais como comunicação, sinalização, controle e tração elétrica devem ser identificados e instalados separadamente, salvo quando o desenvolvimento tecnológico permitir compartilhamento, respeitadas as definições de projetos.
 - (D) se deve entender zona controlada como o entorno de parte condutora energizada, não segregada, cujo acesso só seja permitido a trabalhadores advertidos, ou seja, trabalhadores informados ou com conhecimento suficiente para evitar os perigos da eletricidade.
 - (E) se entende perigo como sendo a capacidade de uma grandeza com potencial para causar lesões ou danos à saúde das pessoas, e risco como uma situação ou condição de perigo com probabilidade de causar um acidente de trabalho por ausência das medidas de controle adequadas.

- 38.** A sinalização de segurança é componente importante do sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho, ao cumprir o papel de delimitar áreas, identificar produtos e instalações e comunicar riscos existentes no local de trabalho. Assim, consideradas as disposições legais específicas, tem-se que
- (A) a cor cinza deverá ser empregada para indicar as canalizações de inflamáveis e combustíveis de alta viscosidade, como óleos lubrificantes, asfalto, óleo combustível, alcatrão, piche etc., incluindo as singularidades das tubulações, como válvulas, registros, redutores etc.
 - (B) os trabalhadores devem receber treinamento para compreender a rotulagem preventiva e a ficha com dados de segurança do produto químico e os perigos, riscos, medidas preventivas para uso seguro e procedimentos para atuação em situações de emergência com o produto químico.
 - (C) a rotulagem preventiva deverá conter, entre outros elementos, o código da classificação internacional de produto perigoso, o pictograma de perigo associado, palavra de advertência, medidas de primeiros socorros em caso de acidentes e o telefone de emergência do fabricante ou fornecedor.
 - (D) o Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS) da Organização das Nações Unidas estabelece, por meio de Diretriz Setorial, a maneira pela qual a indústria química deve se comunicar com as partes interessadas, incluídos seus trabalhadores.
 - (E) o fabricante, ou, no caso de importação, o fornecedor do produto perigoso no mercado nacional, deve elaborar, em língua portuguesa, a ficha de segurança de produto químico para todo produto que possua relação com efeitos adversos à saúde humana, como os carcinogênicos.
- 39.** À luz das disposições constantes da Norma Regulamentadora 17 – Ergonomia, as estações de trabalho utilizadas no processamento de dados devem
- (A) ser dotadas com monitores de luminosidade ajustável às condições de iluminação do ambiente de trabalho, dotados de porta-documentos de ambos os lados, para que o trabalhador possa alternar os lados de movimentação da cabeça.
 - (B) ser concebidas para proporcionar a um trabalhador padrão, cujos dados antropométricos correspondam à moda dos dados antropométricos da população usuária, o necessário conforto, considerada a natureza do trabalho.
 - (C) ter arranjo físico que permita, ao trabalhador sentado, posicionar-se de tal forma que a distância de seus olhos ao porta-documentos seja equivalente à metade da distância entre seus olhos e o teclado, o qual deve ter mobilidade.
 - (D) ter condições de mobilidade suficientes para permitir o ajuste da tela do equipamento à iluminação do ambiente, protegendo-a contra reflexos e proporcionar ângulos corretos de visibilidade ao trabalhador.
 - (E) contar com assentos cuja altura não seja incômoda, usando apoio para os pés, se necessário; tenha conformação adequada à anatomia humana, bordas frontais e laterais arredondadas e encosto plano, para proteção da região lombar.

40. De acordo com a Norma Regulamentadora 17 – Ergonomia,
- (A) para seus propósitos, designa-se transporte manual de cargas todo transporte no qual o peso da carga é suportado inteiramente por um ou mais trabalhadores, compreendendo o levantamento e a deposição da carga.
 - (B) nos locais do trabalho de caráter intelectual, que exija atenção constante, devem ser atendidas condições ambientais nas quais o índice de temperatura efetiva esteja entre 18 °C (dezoito graus centígrados) e 25 °C (vinte e cinco graus centígrados), a velocidade do ar não ultrapasse a 1m/s (um metro por segundo) e a umidade relativa do ar seja próxima a 42% (quarenta e dois por cento).
 - (C) quando mulheres e trabalhadores jovens forem designados para transporte manual de cargas, o peso máximo dessas cargas deverá ser equivalente à metade daquele admitido para homens, para não comprometer a sua saúde ou a sua segurança.
 - (D) nas atividades que exijam sobrecarga muscular estática ou dinâmica do pescoço, ombros, dorso e membros superiores e inferiores, e a partir de análise ergonômica do trabalho, deve ser evitado todo sistema de avaliação de desempenho com repercussão na remuneração dos trabalhadores.
 - (E) os métodos de medições e os níveis mínimos de iluminação a serem observados nos locais de trabalho são estabelecidos na Norma de Higiene Ocupacional nº 11 (NHO 11) da Fundacentro – Avaliação dos níveis de iluminação em ambientes de trabalho internos.
41. Para perseguir seu objetivo de adequar as condições de trabalho às características psicofisiológicas do trabalhador, a Ergonomia encontra, na organização do trabalho, importante espaço de intervenção, sendo que
- (A) se entende o ritmo como a maneira pela qual as cadências são ajustadas ou arrançadas, podendo ser livre (quando o indivíduo tem autonomia para determinar sua própria cadência) ou imposto (por uma máquina, pela esteira da linha de montagem e até mesmo por incentivos à produção).
 - (B) em sua discussão, emergem o grau de aderência às normas escritas, de caráter restrito ou flexíveis, e aquelas de caráter consuetudinário, nas quais os trabalhadores dedicam seu saber à consecução do objetivo da empresa, em relação às necessidades de cada operação, tarefa ou atividade.
 - (C) ao considerar o modo operatório, a análise ergonômica irá evidenciar a importância de reduzir os graus de liberdade disponíveis para a mão de obra, pois quanto menor a diferença entre o trabalho real e o trabalho prescrito, menor será a dependência do sistema de produção em relação às características cognitivas dos trabalhadores.
 - (D) no aspecto pertinente à exigência de tempo, que expressa o quanto deve ser produzido em determinado intervalo de tempo, abre-se espaço para a definição de rendimento para um coletivo, de maneira que seja desnecessário considerar as discrepâncias entre a capacidade produtiva dos trabalhadores que executam tarefas semelhantes.
 - (E) nela comparece ferramental teórico para avaliar a relevância de cada atividade assessória na efetivação das atividades principais, permitindo a caracterização de intervalos de trabalho sem conteúdo efetivo e conseqüente otimização do tempo dispendido em cada tarefa.

42. Em relação ao conteúdo da Norma Regulamentadora 23 – Proteção contra Incêndios, às classes de incêndio e aos agentes extintores, é correto afirmar que
- (A) as saídas de emergência devem ser mantidas abertas durante o período de trabalho e, caso seja imprescindível que sejam trancadas, as chaves deverão estar claramente disponíveis e adequadamente sinalizadas, permitindo fácil abertura do interior do estabelecimento.
 - (B) os fogos de classe C são caracterizados pela presença de energia elétrica e, para seu combate, são recomendados os extintores de CO₂, espuma e pó químico seco.
 - (C) o empregador deve providenciar para todos os trabalhadores informações sobre utilização dos equipamentos de combate a incêndio, procedimentos para evacuação dos locais de trabalho com segurança e dispositivos de alarme existentes.
 - (D) os fogos de classe B ocorrem em líquido inflamáveis como gasolina, querosene e álcool, que queimam em extensão e em profundidade, deixando resíduos, e podem ser combatidos com extintores de pó químico seco BC ou ABC.
 - (E) os metais pirofóricos como magnésio e zircônio, quando se incendiam, caracterizam fogo de classe D, cujo combate deve usar extintores de espuma, gás carbônico e halon, podendo ser usada água apenas na forma de neblina.
43. De acordo com a Norma Regulamentadora 32 – Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde, o PPRA, além do previsto na NR-09, em sua fase de reconhecimento, deve conter
- (A) a identificação dos riscos biológicos mais prováveis em função da localização geográfica e da característica do serviço de saúde e seus setores, considerando, entre outros itens, as fontes de exposição e reservatórios, a transmissibilidade, patogenicidade e virulência do agente.
 - (B) a relação das vulnerabilidades do ambiente de trabalho em relação ao risco de contaminação ou exposição ocupacional a um agente biológico e medidas de prevenção possíveis.
 - (C) a caracterização dos agentes biológicos presentes em cada atividade, seus possíveis vetores e mecanismos de transmissão prováveis e a disponibilidade de vacina, antídoto ou terapia.
 - (D) a lista dos riscos químicos, físicos, biológicos e ergonômicos, seus níveis de persistência, disponibilidade de tecnologia de controle, estudos epidemiológicos ou dados estatísticos acerca dos agravos à saúde associados aos agentes ambientais.
 - (E) elementos que considerem as formas de exposição e mecanismos de contágio, as vias de transmissão, a persistência do agente biológico no ambiente e a organização e os procedimentos de trabalho que exigem proteção individual específica.
44. Em conformidade com a Norma Regulamentadora 32 – Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde, com relação à possibilidade de exposição accidental aos agentes biológicos, deve constar do PCMSO, entre outros,
- (A) a avaliação de local de trabalho e do trabalhador, com descrição detalhada de sua atividade, dos riscos inerentes e das situações onde são imprescindíveis a adoção de cautelas especiais no trabalho.
 - (B) os procedimentos a serem adotados para diagnóstico, acompanhamento e prevenção da soroverificação e das doenças e a identificação dos responsáveis pela aplicação das medidas pertinentes.
 - (C) a relação dos estabelecimentos de assistência à saúde depositários de imunoglobulinas, vacinas, medicamentos necessários, materiais e insumos especiais, além da lista dos agentes biológicos com maior probabilidade de existir no ambiente de trabalho.
 - (D) as medidas para a descontaminação do local, incluídos os instrumentos de trabalho, identificação das vias de transmissão e do grau de persistência dos possíveis agentes biológicos na atividade e no ambiente de trabalho.
 - (E) as providências imediatas de primeiros socorros associadas a cada agente biológico já identificado ou passível de ser encontrado no ambiente de trabalho e, quando existente, disponibilização de antídotos em quantidade suficiente ao atendimento de emergência.
45. Em consonância com o Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, que aprova o Regulamento da Previdência Social e dá outras providências,
- (A) as atividades relacionadas à saúde no trabalho são de relevância pública e devem obedecer diretrizes e princípios que contemplem o contrato social e a participação da sociedade civil organizada, como as entidades sindicais representativas dos trabalhadores.
 - (B) a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido por meio da implementação de políticas sociais e econômicas que visem a eliminação do risco de doença e de outros agravos, inclusive aqueles relacionados ao trabalho urbano e rural.
 - (C) a concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico pericial a cargo da previdência social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.
 - (D) o aposentado por invalidez fica obrigado, sob pena de sustação do pagamento do benefício, a submeter-se a exames médico-periciais, a realizarem-se anualmente, podendo o aposentado retornar voluntariamente ao trabalho.
 - (E) são segurados obrigatórios da previdência social os trabalhadores que prestam serviços temporários, eventuais, intermitentes, de prazos determinados ou indeterminados à pessoa física ou jurídica mediante remuneração e sob subordinação do empregador.

46. O acidente de trabalho

- (A) do ponto de vista previdenciário, engloba aquele ocorrido no exercício de atividades profissionais a serviço da empresa, a doença profissional, ou tecnopatía, e a doença do trabalho, ou mesopatía.
- (B) é classificado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT de acordo com a gravidade de suas consequências e em função de sua causalidade, atribuída de maneira exaustiva a condições inseguras de trabalho ou conduta insegura do trabalhador.
- (C) descaracteriza-se como tal, na legislação pertinente, se ocorrido na prestação voluntária e espontânea de serviço à empresa em condição alheia àquelas previstas no trabalho ou fora do horário definido em contrato de prestação de serviço.
- (D) de trajeto, entendido como tal aquele ocorrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa, é categoria que, ao ser considerado na apuração de Fator Acidentário Previdenciário, vem onerando de forma significativa a contribuição do seguro acidentário das empresas junto ao INSS.
- (E) inclui eventos não caracterizados como acidentes típicos, como as doenças do trabalho, sendo exemplo aquelas doenças degenerativas, endêmicas e desencadeadas em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione direta ou indiretamente.

47. A respeito da Comunicação de Acidente do Trabalho – CAT, é correto afirmar que

- (A) sua prática, quando não exercida pelo empregador, pode ser feita pela própria vítima, seus dependentes, pelo médico que atendeu o caso e por autoridades públicas do Judiciário, sendo vedada tal providência aos sindicatos de trabalhadores.
- (B) na CAT de reabertura, deverão constar as mesmas informações à época do acidente, exceto quanto ao afastamento, último dia trabalhado, atestado médico e data de emissão, que serão relativos à data da reabertura.
- (C) é imprescindível que a comunicação de agravamento da doença profissional ou do trabalho, objeto de uma CAT inicial, conte com atestado médico relativo à CID (Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde).
- (D) nos casos de doença cujo nexó causal exija manifestação da perícia médica do INSS, o direito do segurado à percepção do auxílio-doença acidentário dar-se-á após aprovação daquele Instituto.
- (E) a empresa é obrigada a informar à Previdência Social todos os acidentes de trabalho ocorridos com seus empregados, mesmo que não haja afastamento, em até 24 (vinte e quatro) horas, devendo fornecer cópia ao segurado ou dependente e ao sindicato da categoria profissional da vítima.

48. A metodologia da árvore de causas

- (A) foi introduzida no Brasil por empresas de origem francesa, e não obteve aceitação significativa em função de seu elevado grau de subjetividade, que faz com que um mesmo acidente tenha diferentes versões.
- (B) quando aplicada por profissionais que têm domínio sobre o método, permite que, na etapa de coleta de dados, o analista possa ir descartando as evidências que, presumivelmente, não possuam qualquer relevância no encadeamento dos antecedentes que levaram ao acidente investigado.
- (C) opera com conceito de necessidade e suficiência para que determinado fato ligado ao acidente tenha sua ocorrência explicada e compreendida, partindo do princípio de que os antecedentes-estado são necessários e suficientes para a explicação do acidente.
- (D) é conhecida também como árvore de falhas e se trata de aplicações da álgebra booleana que, a partir do evento acidentário, vai regredindo sua análise no tempo de maneira a incorporar fatores causais não imediatos do acidente.
- (E) constitui uma técnica de investigação e análise de acidentes que é fundamentada no raciocínio lógico e tem seu produto sintetizado em um diagrama, que representa o encadeamento dos antecedentes, sejam estado ou variações, até a ocorrência do acidente.

49. A aposentadoria especial está regulamentada pela legislação previdenciária vigente, de tal forma que
- (A) a concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do tempo de trabalho permanente, ocasional ou intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado.
 - (B) será devida, uma vez cumprida a carência exigida na Lei, ao segurado que tiver trabalhado em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 20 (vinte), 25 (vinte e cinco) ou 30 (trinta) anos, conforme dispuser o Regulamento de Concessão de Benefícios da Previdência Social.
 - (C) a demonstração da existência de agentes insalubres no ambiente de trabalho frequentado pelo segurado será feita mediante requerimento próprio, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, emitido pela empresa ou por seu preposto, com base nas informações constantes do Perfil Profissional Previdenciário do trabalhador.
 - (D) a comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, emitido pela empresa ou por seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho – LTCAT expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista.
 - (E) o segurado deverá comprovar, além do tempo de trabalho, a exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos, ergonômicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício.
50. No âmbito dos estudos relativos aos agentes químicos e físicos, conforme se observa na Higiene do Trabalho e na legislação que se aplica, é correto afirmar que
- (A) gases e vapores têm comportamentos diferentes quanto à máxima concentração possível em um determinado ambiente e, para os higienistas, se impõem que eles, quando juntos em uma mesma atmosfera, sejam estudados um de cada vez, em separado.
 - (B) os gases e vapores podem ser classificados segundo a sua ação sobre o organismo do trabalhador em inócuos, irritantes e anestésicos, sendo que cada classe guarda atributos não encontrados nas demais.
 - (C) no tocante à exposição a poeiras minerais, entende-se por “fibras respiráveis de asbesto” aquelas com diâmetro inferior a 3 micrômetros, comprimento maior que 5 micrômetros e relação entre comprimento e diâmetro superior a 3:1.
 - (D) a maioria dos solventes orgânicos possui ação estimulante sobre o sistema nervoso central, cujo efeito aparece com maior nitidez em exposições de curta duração a ambientes com alta concentração desses agentes.
 - (E) em relação à vibração, caracteriza-se a condição insalubre caso seja superado o limite de exposição ocupacional diária a VMB (Vibrações de Mãos e Braços) correspondente a um valor de aceleração resultante de exposição normalizada (aren) de 10 m/s^2 (dez metros por segundo ao quadrado).

REDAÇÃO

TEXTO 1

O projeto de acabar com a contagem de curtidas no Instagram teve início em maio, no Canadá. Após vingar por lá, foi implementado no Brasil. Segundo comunicado da empresa, o objetivo da iniciativa é fazer com que “os seguidores se concentrem mais nas fotos e nos vídeos que são compartilhados do que na quantidade de curtidas”. O aplicativo fala ainda em promover maior bem-estar na comunidade: “Não queremos que as pessoas sintam que estão em uma competição.”

Levantamento realizado no ano passado pelo órgão inglês Royal Society for Public Health apontou o Instagram como a mídia social com o pior impacto na saúde mental, responsável por sentimentos de ansiedade, depressão e solidão.

(Filipe Vilicic e André Lopes. “Fim da contagem de curtidas no Instagram gera polêmica nas redes”. <https://veja.abril.com.br>, 26.07.2019. Adaptado)

TEXTO 2

Presentes em nossas vidas desde o início dos anos 2000, as redes sociais trouxeram um avanço incomensurável nas relações humanas e uma contribuição tecnológica histórica para a comunicação, mas a evolução dos meios e suas plataformas também trouxe mudanças no comportamento humano. O protagonismo midiático, agora ao alcance de todos, deu origem ao exibicionismo demasiado e por vezes desmedido. Estamos todos lá buscando um destaque na multidão, custe o que custar. As curtidas passaram a ser credenciais rumo ao estrelato, mas nem todos estavam (e estão) preparados para lidar com as rejeições e insucessos. Essa competição por atenção aumentou em proporções inimagináveis, e a curtida é apenas mais um ingrediente dessa receita nem sempre digestiva.

Assim, de fato, a justificativa para o fim da exibição das curtidas é coerente, mas o Instagram pertence a uma empresa com fins lucrativos, e dizer que a única motivação foi a preocupação com o bem-estar do ser humano não convence.

Ocultar o número de curtidas é também uma forma de tentar reduzir a independência na relação publicitária entre o produtor de conteúdo e o anunciante. É importante lembrar que existe um mercado paralelo, amplamente gerador de lucro, do qual o Instagram não participa diretamente, em que o próprio anunciante procura uma pessoa com influência nas redes sociais (e não o Facebook, dono do Instagram) e negocia a divulgação do seu produto em postagens desse influenciador. Isso não vai deixar de existir de forma alguma, e tampouco pode ser considerada uma prática ilegal, mas, quanto mais os anunciantes dependerem de informações oficiais da plataforma Instagram, maior será o controle que a plataforma tem sobre tudo que está sendo comercializado dentro dela.

(Sandro Rodrigues. “E o Instagram acabou com as curtidas”. www.gazetadopovo.com.br, 24.07.2019. Adaptado)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

O FIM DA EXIBIÇÃO DE CURTIDAS NA REDE SOCIAL INSTAGRAM: ENTRE O BEM-ESTAR DO USUÁRIO E O INTERESSE FINANCEIRO DA REDE

REDAÇÃO

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

